

ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ nº 02.397.080/0001-96 | CVM nº 01936-4 | **Companhia Aberta**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2019

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2019 foi muito positivo para a Neoenergia. Além de alcançarmos os melhores resultados financeiros de nossa história, com um lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, lançamos com sucesso as ações da empresa na Bolsa de Valores de São Paulo, alcançando uma valorização de quase 60% em 6 meses. Estes feitos atestam nossa consistência operacional e materializam nossa estratégia de expansão rentável e sustentável dos nossos negócios, focada na geração de energia renovável e no desenvolvimento de redes de transmissão e distribuição.

A geração operacional de caixa do Grupo, medida pelo EBITDA, superou R\$ 5,7 bilhões, um resultado 25,6% superior ao ano anterior. Já o lucro líquido apresentou uma evolução ainda mais expressiva, um aumento de 45,1% no mesmo período. Reafirmamos nosso compromisso com a gestão eficiente das despesas operacionais, que apresentaram trajetória 1,3 p.p. abaixo da inflação, absorvendo o crescimento de mercado e a expansão de nossos negócios. Seguimos também o plano de desalavancagem, refletido na redução do indicador “dívida líquida / EBITDA” em 15% ao longo de 2019, encerrando o ano em 3,0x.

Mantendo o compromisso com o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro, investimos R\$ 4,4 bilhões, volume 15,7% superior ao empenhado em 2018, dos quais 89% em redes e 7% em geração de energia renovável.

Em nosso negócio de redes, verificamos um crescimento da energia injetada de 4,0%, alavancado principalmente pelo crescimento da Coelba de 6,1%. Em 2019 consolidamos nossa trajetória de melhoria contínua da qualidade e reduzimos o DEC médio das distribuidoras em 1,7 horas, mantendo-as de forma estruturada, enquadradas nos limites regulatórios.

O índice de perdas das distribuidoras do grupo se manteve estável ao logo do ano, apesar de pequenas oscilações entre as diferentes empresas do Grupo. Destacamos ainda a melhora na cobertura tarifária da Elektro (aumento de 1,4 p.p.) estabelecida na 5ª Revisão Tarifária Periódica desta distribuidora.

A performance de nossas distribuidoras foi reconhecida pelo Prêmio ABRADEE, onde Elektro e Cosern se classificaram como as duas melhores concessionárias do Brasil, enquanto Coelba e Celpe se destacaram por sua evolução em relação ao desempenho nos anos anteriores.

No segmento de transmissão seguimos com a ampliação de nosso portfólio e no leilão realizado em dezembro de 2019 arrematamos o lote 9, localizado no oeste da Bahia, que reforçará o suprimento da região. Reafirmando o compromisso com a eficiência na construção e gestão de ativos, concluímos entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020, mais de 1 ano antes do prazo regulamentar e com investimentos significativamente menores que os estimados no edital do leilão, dos lotes arrematados no certame de abril/2017.

O ano também foi marcado pela expansão da nossa capacidade de geração renovável. No primeiro trimestre de 2019 concluímos a construção da usina hidroelétrica de Baixo Iguaçu, com capacidade instalada de 350 MW, e ao final do ano a usina de Belo Monte chegou a sua capacidade total de geração, 11.233 MW, concluindo o processo de construção da Usina.

Comprometidos com o combate às mudanças climáticas e com a economia de baixo carbono estamos expandindo nossa capacidade de geração eólica, com o desenvolvimento do complexo eólico Oitis no Piauí, um parque eólico com 566,5 MW e um novo modelo de negócios caracterizado pela comercialização de 96% da energia no mercado livre. Destacamos também a antecipação do início da construção do complexo eólico de Chafariz, na Paraíba. Com a conclusão destes parques a Neoenergia alcançará a marca de 90% de capacidade instalada renovável, um perfil ainda mais limpo que o da matriz elétrica brasileira.

Em virtude de nossa atuação sustentável e o desenvolvimento de projetos que respeitam o meio ambiente, realizamos em 2019 a maior emissão de debentures verdes do país, conhecidas como *greenbonds*, um total de R\$1,3 bilhão, que somados às outras fontes de financiamento perfazem R\$ 10 bilhões em captações no ano, entre operações desembolsadas e contratadas. Grande parte destes recursos será alocada na expansão dos negócios de energias renováveis e Redes.

Engajados com a Agenda 2030 e o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), investimos no desenvolvimento das pessoas, da economia local e na redução de desigualdades. Em 2019, concluímos o primeiro ano de consolidação do Instituto Neoenergia, que reúne nossas iniciativas de apoio a projetos sociais, culturais e ambientais. Desta forma, através da gestão destes projetos, beneficiamos mais de 16 mil pessoas, equipamentos culturais, fauna e flora, iniciativas que, associadas ao programa de Voluntariado, contribuem para o engajamento de toda a organização com estes compromissos.

Outro projeto que gostaríamos de destacar é a Escola de Eletricistas, que tem nos permitido uma grande contribuição social na capacitação da população das comunidades onde atuamos e que amplia a oferta de profissionais habilitados a trabalhar em redes elétricas de forma segura, cabendo um destaque especial às duas primeiras escolas de eletricistas exclusivas para mulheres na Bahia e Pernambuco.

Para sustentar estes resultados contamos com um time engajado, focado na excelência operacional e alinhado ao propósito e valores da Neoenergia e, como acreditamos que o desempenho é alavancado por nossos talentos, investimos no desenvolvimento profissional. Ao longo de 2019 fizemos 1.195 promoções, preenchemos 77% das vagas com recrutamento interno e realizamos mais de 739 mil horas de capacitação.

Resaltando também nossos valores de integridade e responsabilidade, fomos reconhecidos pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil, pelo terceiro ano consecutivo, com o Selo Pro-Ética, o que simboliza nossa jornada contínua e o empenho de todos os colaboradores. Essa trajetória de entrega e credibilidade são as alavancas que impulsionaram o sucesso do nossa estreia na B3 e o consequente aumento do valor das ações. Continuamos recebendo recomendação positiva dos analistas e o volume médio de R\$ 67 milhões por dia garante a liquidez de nosso papel.

Finalmente, gostaria de agradecer o esforço, compromisso e dedicação de todo o time da Neoenergia e a confiança de nossos acionistas que acreditam em nosso potencial. Asseguro que os bons resultados da Companhia não estarão circunscritos a 2019. Baseado em uma sólida estratégia de crescimento sustentável e em uma atuação consistente e responsável continuaremos criando valor a todos os nossos *stakeholders*.

1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGRAMA SOCIETÁRIO

A ITAPEBI foi constituída em fevereiro de 1998 com o objetivo de construir e operar a Usina Hidrelétrica de ITAPEBI (UHE ITAPEBI), localizada no Rio Jequitinhonha, município de ITAPEBI, divisa entre os Estados da Bahia (BA) e de Minas Gerais (MG).

Sua capacidade instalada é de 462,01 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.095 de 04 de outubro de 2012 e sua Garantia Física é de 209,1 MW, os quais estão destinados ao Ambiente de Contratação Livre - ACL, por meio de um contrato de compra e venda de energia elétrica firmado com a NC Energia S.A., cujo vencimento ocorrerá em 2021.

A Neoenergia detém 42% de participação acionária em Itapebi e os outros 58% são detidos por Termopernambuco - empresa do Grupo Neoenergia.

2. AMBIENTE MACROECONÔMICO

O ano de 2019 se iniciou com uma alta taxa de desemprego e baixo índice de utilização da capacidade da indústria, fazendo com que a economia operasse com alto nível de ociosidade dos seus fatores de produção. O início da agenda de reformas, marcado pela aprovação da reforma da Previdência, a redução das taxas de juros, a inflação controlada, aliado a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FGTS e PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira, no segundo semestre, apresentasse – ainda que de forma tímida – os primeiros sinais de recuperação. No cenário externo, o ambiente se mostrou relativamente favorável para economias emergentes, potencializado pela provisão de estímulos monetários nas principais economias.

No que se refere à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) encerrou o ano 2019 em 4,31% (3,75% em 2018). Com relação ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado), o índice acumulou alta de 7,30% de janeiro a dezembro de 2019, segundo o Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE), ficando em um patamar mais baixo do que os 7,54% registrados no ano anterior. A Taxa Selic finalizou 2019 em 4,50% a.a. (vs. 6,50% a.a. registrado no final de 2018), seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015, além de registrar o menor patamar histórico.

No mercado de energia, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, houve um aumento do consumo de energia em 1,3% no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente em função da elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

3. AMBIENTE REGULATÓRIO

3.1. Modernização do Setor

A indústria da energia elétrica está passando por profundas transformações no Brasil e no mundo. O consumidor está cada vez mais empoderado, novas soluções tecnológicas surgem a cada dia e temos cada vez mais a necessidade de inserção da energia renovável, com presença crescente na matriz energética brasileira.

Em 4 de abril de 2019, através da Portaria nº 187, foi instituído pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) o Grupo de Trabalho para Modernização do Setor. Ao longo de 2019 foram promovidos workshops e consultas públicas sobre os temas diversos, desde sustentabilidade da distribuição até mecanismos de suporte à expansão da geração, como separação entre lastro e energia.

Nessa linha tramitam no Legislativo duas propostas de reforma do Setor Elétrico: o PL 1.917/2015, na Câmara dos Deputados, e o PLS 232/2016, no Senado Federal. Uma das ações concretas no sentido do que se pretende com a modernização foi a publicação, em 12 de dezembro de 2019, pelo MME da Portaria nº 465, reduzindo os limites para acesso dos consumidores ao mercado livre de energia. De acordo com a nova Portaria, a partir de 1º de janeiro de 2021 o limite passará a ser 1.500 kW, a partir de 1º de janeiro de 2022, 1.000 kW e a partir de 1º de janeiro de 2023, 500 kW. Antes da publicação dessa Portaria o limite era 2.500 kW e a partir de 1º de janeiro de 2020 passa a ser 2.000 kW. A Portaria definiu ainda que, até 31 de janeiro de 2022, a ANEEL e a CCEE deverão apresentar estudo sobre as medidas necessárias para permitir a abertura do mercado para consumidores com carga inferior a 500 kW.

3.2. Geração

No segmento de geração teve destaque em 2019 a divulgação de um cronograma estimado de promoção dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração e de Empreendimentos de Geração Existentes, para os anos de 2019, 2020 e 2021, publicado pelo MME, através das Portarias nº 151 e 152.

Já em 16 de outubro, foi publicada a Portaria nº 389, por meio da qual o MME estabeleceu as Diretrizes para a realização dos Leilões de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existente, com a possibilidade da participação de Novos Empreendimentos de Geração (fonte termoeleétrica a carvão mineral nacional e a gás natural), denominados A-4 e A-5 de 2020. Estes leilões visam à manutenação no sistema das usinas existentes, cujos contratos de venda energia e combustível estão vencendo, além de se tratar de iniciativa inédita que prevê a substituição das usinas termelétricas a diesel por usinas a gás natural, mais baratas e menos poluentes.

Ainda em 2019 ficou determinado pela Portaria nº 301, de 31 de julho de 2019 que o PLD horário será implantado somente em 2021. Entretanto, o modelo computacional DESSEM, que futuramente calculará o PLD horário, já será adotado em 2020 nas atividades de programação da operação.

Em 1º de outubro de 2019, foi publicada a Resolução Normativa nº 858, com os novos critérios para o cálculo dos limites do PLD. O valor mínimo será o maior valor entre a TEO e a TEO Itaipu. Com relação ao valor máximo, serão estabelecidos dois valores: um limite máximo estrutural e um limite máximo horário, sendo que este último terá vigência somente quando da implementação do PLD horário. Caso a média diária do PLD ultrapasse o valor estrutural, será feito um ajuste em toda a curva diária de forma a não ultrapassar o referido valor. Os valores para 2020 foram publicados em 17 de dezembro de 2019, na Resolução Homologatória nº 2.655, que determinou o PLD mínimo será R\$ 39,68/MWh e o PLD máximo estrutural, R\$ 559,75/MWh. Foi publicado também um PLD máximo horário, apenas para utilização no processo sombra, no valor de R\$ 1.148,36/MWh.

Por fim, em 13 de novembro de 2019, a ANEEL abriu a Consulta Pública nº 33, sobre exposições financeiras de energia secundária no MRE, em função dos significativos valores observados no início de 2019. A proposta resolve parcialmente a questão das Exposições Financeiras de Energia Secundária (até o limite da Garantia Física Flat) apenas para os geradores que não adotarem estratégia de sazonalização de sua Garantia Física.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

No 4T19 a UHE Itapebi apresentou um índice de disponibilidade de 95,12%, aumento de 5 p.p. em relação ao trimestre passado, explicado pela realização pontual de manutenção programada da usina no 3T19. Já no acumulado no ano, a Hidrelétrica apresentou um índice de disponibilidade de 95,97%, acima do valor de referência da Usina – 94,00%, e confiabilidade de 100%.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas.

DRE (R\$ MM)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
MARGEM BRUTA	28,5	21,7	6,8	31,3%	162,6	181,7	(19,1)	(10,5%)
Despesa Operacional (PMSO)	(19,3)	(36,7)	17,4	(47,4%)	(58,8)	(82,3)	23,5	(28,6%)
EBITDA	9,2	(15,0)	24,2	(161,3%)	103,8	99,4	4,4	4,4%
Depreciação	(5,8)	(4,9)	(0,9)	18,4%	(20,8)	(18,6)	(2,2)	11,8%
Resultado Financeiro	(5,3)	(8,9)	3,6	(40,4%)	(14,0)	(19,5)	5,5	(28,2%)
IR/CS	3,9	16,3	(12,4)	(76,1%)	(17,3)	(14,6)	(2,7)	18,5%
LUCRO LÍQUIDO	2,0	(12,5)	14,5	(116,0%)	51,7	46,6	5,1	10,9%

No 4T19 a Itapebi registrou Margem Bruta de R\$ 28,5 milhões, aumento de R\$ 6,8 milhões em relação ao 4T18, fruto de um maior volume de energia alocada ao contrato de venda junto à Neoenergia Comercializadora em relação ao 4T18 (140 MW 4T19 vs 91 MW 4T18).

No acumulado do ano, a margem bruta atingiu R\$ 162,6 milhões, redução de R\$ 19,1 milhões frente a 2018, em virtude do menor volume de energia vendida (173 MW 2019 vs 202 MW 2018), apesar do maior preço de venda (160 R\$/MWh 2019 vs 139 R\$/MWh 2018).

No que tange às despesas, a usina segue apresentando eficiências em relação ao ano anterior, com redução de 47,4% no 4T19 vs 4T18 e de 28,6% no acumulado de 2019 X 2018.

Como resultado dos efeitos descritos, o EBITDA encerrou o ano de 2019, 4,4% maior do que o verificado em 2018.

Considerando os fatores acima mencionados e as variações do Resultado Financeiro que serão explicadas mais adiante, a Itapebi registrou Lucro Líquido de R\$ 2,0 milhões no 4T19, um aumento de 116,0% em relação ao mesmo período do ano anterior. No acumulado de 2019, a companhia registrou lucro líquido de R\$ 51,7 milhões, 10,9% acima do resultado de 2018.

6. EBITDA (LAJIDA)

Atendendo à Instrução CVM nº 527, demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma Instrução:

EBITDA (R\$ milhões)	4T19	4T18	Variação		2019	2018	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período	2,0	(12,5)	14,5	(116,0%)	51,7	46,6	5,1	10,9%
Despesas financeiras	(20,3)	(46,4)	26,1	(56,3%)	(85,7)	(202,5)	116,8	(57,7%)
Receitas financeiras	14,9	37,5	(22,6)	(60,3%)	71,7	183,0	(111,3)	(60,8%)
Imposto de renda e contribuição social	3,9	16,3	(12,4)	(76,1%)	(17,3)	(14,6)	(2,7)	18,5%
Depreciação e Amortização	(5,8)	(4,9)	(0,9)	18,4%	(20,8)	(18,6)	(2,2)	11,8%
EBITDA	9,2	(15,0)	24,2	(161,3%)	103,8	99,4	4,4	4,4%

7. RESULTADO FINANCEIRO

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhões)	4T19	4T18	4T19 X 4T18		2019	2018	2019 X 2018	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	0,9	1,3	(0,4)	(30,8%)	4,5	6,8	(2,3)	(33,8%)
Encargos de dívida	(2,5)	(4,0)	1,5	(37,5%)	(12,3)	(21,0)	8,7	(41,4%)
Variações monetárias e cambiais - dívida	3,4	7,6	(4,2)	(55,3%)	(6,4)	(44,1)	37,7	(85,5%)
Variações monetárias e cambiais - outros	(0,5)	(0,0)	(0,5)	-	0,0	0,3	(0,3)	(100,0%)
Instrumentos financeiros derivativos	(3,8)	(14,6)	10,8	(74,0%)	5,7	31,5	(25,8)	(81,9%)
Atualização provisão para contingências / depósitos judiciais	(0,6)	0,1	(0,7)	(700,0%)	(2,6)	(0,7)	(1,9)	271,4%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(2,2)	0,7	(2,9)	(414,3%)	(3,0)	7,7	(10,7)	(139,0%)
Total	(5,3)	(8,9)	3,6	(40,4%)	(14,0)	(19,5)	5,5	(28,2%)

O Resultado Financeiro Líquido da Companhia foi uma despesa de R\$ 5,3 milhões no 4T19, contra uma despesa de R\$ 8,9 milhões no 4T18, sendo os principais impactos explicados a seguir.

Para as linhas de Encargos de dívida, variações monetárias e cambiais (dívida) e Instrumentos financeiros derivativos, a melhora de R\$ 8,1 milhões no resultado líquido do 4T19 e de R\$ 20,6 milhões no acumulado do ano foi devido aos seguintes fatores:

(i) O Plano de gestão de passivos e a queda do CDI, indexador da totalidade da dívida da Itapebi, em 0,30 pontos percentuais em relação ao 4T18 e em 0,46 p.p. em relação a 2018, resultaram em redução do custo médio da dívida, registrando uma variação favorável de R\$ 6,5 milhões nas despesas financeiras com dívida no 4T19 e uma variação favorável de R\$ 10,6 milhões no acumulado do ano.

(i) Além disso, houve redução de 34,5% no volume médio de dívida da empresa no 4T19 em relação ao mesmo período do ano anterior, ocasionado principalmente pela estratégia de Gestão de Passivos: pré-pagamento da dívida ao Banco Itaú (R\$ 160 milhões), realizada em maio de 2019. Em contraste, houve captação junto ao Banco Scotia de R\$ 100 milhões também em maio de 2019. Esse efeito teve um impacto positivo em R\$ 1,5 milhões no acumulado do período. Para o acumulado de 2019, essa redução no volume médio de dívida foi de 43,6% em relação ao ano anterior, também ocasionado pela estratégia de Gestão de Passivos, com o pré-pagamento das dívidas junto ao Banco Mizuho (R\$ 100 milhões) e ao Banco Itaú (R\$ 160 milhões), realizadas em novembro de 2018 e maio de 2019, respectivamente. Em contraste, houve captação junto ao Banco Scotia de R\$ 100 milhões também em maio de 2019. Esse efeito teve um impacto positivo em R\$ 10 milhões no acumulado do ano.

Para a linha de Renda de Aplicações Financeiras o resultado negativo comparado ao 2018, de R\$ 0,4 milhões no 4T19 e R\$ 2,3 milhões no acumulado do ano, foi devido à redução de volume das disponibilidades, resultando em um efeito desfavorável de R\$ 0,3 milhões no 4T19 e de R\$ 1,2 milhões em 2019. Além disso, ocorreu a redução de 0,30 pontos percentuais no CDI acumulado no 4T19 e de 0,46 pontos percentuais no CDI acumulado de 2019, impactando negativamente a renda de aplicação financeira em R\$ 0,1 milhões no 4T19 e R\$ 1,0 milhões no acumulado de 2019.

Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores dos anos:

Índices	2019	2018		%
CDI	5,96%	6,42%	-	0,46%
TJLP	6,20%	6,72%	-	0,52%
USD	4,0307	3,8748		0,16
IPCA	4,31%	3,75%		0,56%

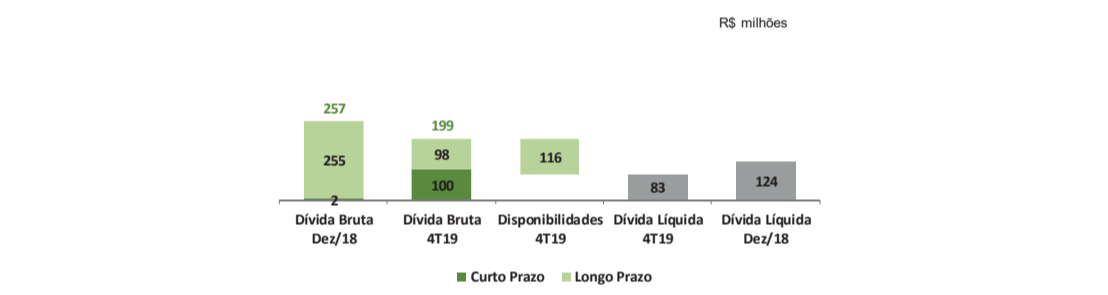
8. INVESTIMENTOS

Na Itapebi foram investidos R\$ 29,8 milhões no acumulado de 2019, significativo aumento em relação ao ano de 2018, no qual o investimento foi de R\$ 4,5 milhões, em virtude de investimentos de caráter socioambiental para a renovação da licença de operação da usina.

9. ENDIVIDAMENTO

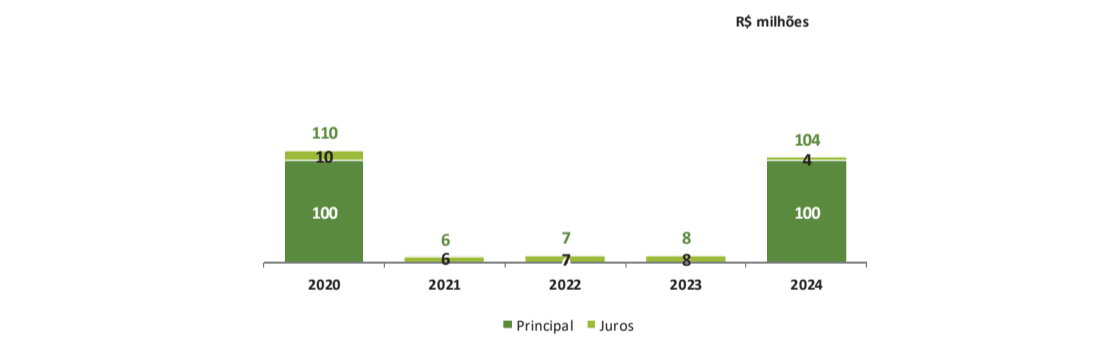
9.1. Posição de Dívida

Em dezembro de 2019, a dívida bruta da ITAPEBI, incluindo empréstimos, debêntures e instrumentos financeiros, foi de R\$ 199 milhões (dívida líquida R\$ 83 milhões), apresentando uma redução de 22,8% (R\$ 59 milhões) em relação a dezembro de 2018. Em relação a segregação do saldo devedor, a ITAPEBI possui 49,5% da dívida contabilizada no longo prazo e 50,5% no curto prazo.



9.2. Cronograma de amortização das dívidas

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas *forward* de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2019. Sendo assim, as informações apresentadas abaixo diferem das do cronograma de vencimentos apresentado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, que considera os índices e moedas realizados no encerramento do período e não as projeções de mercado.



10. OUTROS TEMAS

10.1. Práticas de Gestão

10.1.1. Remuneração de Acionistas

A Neoenergia possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, conforme Política de Distribuição de Dividendos, disponível no website da Companhia (http://ri.neoenergia.com/governanca/codigos-e-politicas/).

No ano de 2019, a Itapebi deliberou os seguintes proventos:

(i) Dividendos Adicionais, no montante de R\$ 27.600 mil, deliberados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 15 de abril;

(ii) Juros sobre Capital Próprio nos montantes de:

- R\$ 9.800 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de junho;
- R\$ 8.223 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de dezembro.

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2019 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2020.

10.1.2. Governança Corporativa

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplicada a todas as empresas do grupo. O modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas que integram o Grupo. A estrutura societária e de governança do grupo NEOENERGIA, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança Corporativa da Itapebi reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social e o interesse social da Itapebi.

O Sistema de Governança Corporativa, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referenda todos os elementos chaves do Sistema de Governança Corporativa, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências. A estrutura de governança da Companhia é composta pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, responsáveis pela tomada de decisão da Companhia, abaixo pormenorizado.

Conselho de Administração

É integrado por três representantes, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria dos membros.

Diretoria

É responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por cinco membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração para mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente, uma vez por semana ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Por fim, registramos que o Conselho Fiscal como previsto no Estatuto Social da Companhia não funciona em caráter permanente, se instalará a pedido de acionistas, na forma da lei.

10.1.3. Gestão de Pessoas

modelo de energia elétrica mais saudável e acessível”. Somos referência em energias renováveis e trabalhamos para ser um modelo de inspiração, criando valor econômico, social e ambiental em toda nossa volta e pensando no futuro.

As Políticas de Desenvolvimento Sustentável, Mudanças Climáticas, Meio Ambiente e Biodiversidade do Grupo determinam os princípios gerais e as bases que devem reger a estratégia da Companhia para garantir que todas as atividades corporativas e de negócios se comprometam e promovam a criação de valor sustentável para todos os públicos de relacionamento da empresa. Essas políticas têm por objetivo garantir o alinhamento da atuação de todas as empresas controladas ao seu compromisso com o dividendo social e com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), especialmente em relação aos objetivos 7 e 13, referentes ao acesso universal da energia e à luta contra as mudanças climáticas.

Em 2019, o Grupo Neoenergia renovou seu compromisso junto aos Dez Princípios do Pacto Global da ONU, assumido em 2007, iniciativa que preconiza uma atuação baseada em princípios universais relacionados a direitos humanos, direitos do trabalho, preservação ambiental e combate à corrupção.

Para promover o diálogo e a transparência com seus públicos de relacionamento, a Neoenergia publica, anualmente, seu Relatório de Sustentabilidade, que é elaborado na metodologia da *Global Reporting Initiative* (GRI), acessível no site Neoenergia (<https://www.neoenergia.com/pt-br/sustentabilidade/modelo-negocio-energia-sustentavel/relatorios-sustentabilidade>).

11.2. Inovação
 Em 2019, o Grupo Neoenergia adotou diversas iniciativas com foco na promoção da cultura de inovação, melhoria contínua, estímulo ao pensamento inovador e geração de valor através de jornadas que envolveram colaboradores, estudantes e parceiros. A companhia busca incorporar iniciativas de diferentes graus de complexidade e duração, enquanto investe em projetos estruturantes para o Grupo, seja através do programa de P&D regulado pela Aneel ou de projetos que favoreçam a experimentação em cada uma de suas áreas corporativas e de negócio. Dentro das linhas estratégicas, os temas de transformação digital e experiência dos clientes foram alguns destaques.

Assim, destacam-se os projetos de transformação das redes elétricas (Energia do Futuro) e da transformação do relacionamento e experiência do cliente (Conexão Digital). O primeiro projeto prevê a completa modernização e digitalização da rede nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, na Elektro. Em estágio avançado de implantação, o projeto Energia do Futuro será totalmente concluído no início de 2020 e permitirá a melhoria da qualidade, redução de perdas e disponibilização de informações de consumo para os clientes através de aplicativos, usando uma rede celular privada, medidores inteligentes e esquemas de *self-healing* da rede. O segundo projeto, Conexão Digital, com apoio dos recursos de P&D Aneel, terá sua implantação acelerada a partir de 2020, com a completa digitalização da experiência dos nossos clientes em todo o Grupo, incluindo a integração de canais, novas funcionalidades e facilidades em nosso aplicativo e processos internos que proporcionarão mais agilidade, qualidade e informações para os clientes.

11.3. Educação e Cultura
 Em 2019, tem destaque o projeto voltado para educação, realizado em parceria com a Agência Nacional de Notícias das Favelas – ANF, para a formação de 50 jovens em agentes de comunicação comunitária em Salvador e Recife.

No que tange a esfera cultural, as principais iniciativas foram no Estado da Bahia com o apoio a 9ª Festa Internacional Literária da cidade de Cachoeira – FLICA e no Estado do Rio Grande do Norte por meio do incentivo e apoio a projetos culturais via Lei Câmara Cascuado.

11.4. Instituto Neoenergia
 Em 2019, o Instituto Neoenergia fez a gestão de 18 projetos em sete estados do Brasil, nas áreas de atuação das empresas do Grupo Neoenergia. Os projetos, que tiveram cerca de 16.600 beneficiados diretos e contribuíram diretamente com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, dividem-se em quatro pilares: Formação e Pesquisa, Biodiversidade e Mudanças Climáticas, Arte e Cultura e Ação Social. Dentre eles, pode-se destacar o programa Impacto, que potencializou cinco ONGs e negócios de impacto em Salvador para que possam se desenvolver, aperfeiçoar seus processos de gestão e maximizar o seu impacto social, por meio de mentorias e cursos, e o Balcão de Ideias e Práticas Educativas, que visa a redução das desigualdades educacionais de crianças da rede municipal de ensino, capacitando 1.111 professores em 2019. No âmbito da cultura, o Instituto passou a gerir os editais culturais da Neoenergia, com o lançamento do programa Transformando Energia em Cultura no Rio Grande do Norte. Foram 18 projetos socioculturais selecionados dentre 158 inscritos. O Instituto também se associou ao GIFE - Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, que tem por objetivo a promoção do investimento social privado no país.

11.5. Eficiência Energética
 O Programa de Eficiência Energética (PEE) do Grupo Neoenergia abrange as distribuidoras do Grupo e tem como foco promover o uso eficiente da energia elétrica. Em 2019 contou com investimento total de R\$ 50,4 milhões nas quatro distribuidoras. Entre as ações que merecem destaque em 2019 estão:

- Projetos Educativos em escolas públicas sobre o tema de uso eficiente da energia elétrica, capacitando 5.991 professores e 111.728 alunos das áreas de concessão das distribuidoras;
- Projeto Vale Luz, que consiste na troca de resíduos sólidos por desconto na conta de energia, com reciclagem de 990 toneladas de resíduos neste ano;
- Troca de lâmpadas com ação em comunidades populares com substituição de mais de 420 mil lâmpadas por LED para consumidores residenciais das 4 distribuidoras do Grupo;
- Eficientização de 1.023 prédios públicos e assistenciais (escolas públicas, unidades de saúde, instituições filantrópicas, etc) na área de concessão das distribuidoras, beneficiando 341 unidades na Bahia, 213 unidades em Pernambuco, 110 unidades no Rio Grande do Norte e 359 unidades em São Paulo, com a substituição de quase 350 mil lâmpadas; e
- Projeto de Inovação em Eficiência Energética para Startups em parceria com o SENAI/CIMATEC. Foram contratadas duas startups para desenvolver soluções que ofereçam aos consumidores a possibilidade de monitorar o consumo energia em tempo real, identificar suas principais cargas, e reconhecer como, onde e quando a energia é consumida.

11.6. Pesquisa e Desenvolvimento
 O Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) da Neoenergia priorizam cinco temas estratégicos: (i) Tecnologias Inteligentes; (ii) Segurança de Instalações e de Pessoas; (iii) Recuperação de Energia; (iv) Qualidade e Confiabilidade; e (v) Sustentabilidade do Negócio.

Em 2019, as empresas do Grupo investiram R\$ 34 milhões em P&D, dos quais R\$ 27,2 milhões foram destinados para projetos das distribuidoras. Abaixo destacamos em nossas linhas estratégicas os os principais projetos do Grupo.

Tecnologias Inteligentes, Recuperação de Energia e Qualidade e Confiabilidade: Projeto “Desenvolvimento de Tecnologia Nacional para Redes Inteligentes” que desenvolve produtos, serviços e metodologias aplicáveis à melhoria do sistema no que diz respeito à comunicação de equipamentos inteligentes, identificação do nível de qualidade de energia, combate a perdas, interoperabilidade de medidores inteligentes, entre outros. Este projeto teve contribuições relevantes para os processos internos das nossas distribuidoras.

Sustentabilidade do Negócio: (i) Projeto “Sistema Inteligente de Armazenamento Energia (SIAE)” que possibilita a otimização da operação das usinas solares Noronha 1 e Noronha 2 associando a um sistema de baterias de ion lítio o excedente de energia; (ii) Projeto “Microrredes” que viabiliza o desenvolvimento de redes autônomas de pequena escala como alternativa para universalização do atendimento na área de concessão da Coelba, de forma associada ao Programa Luz para Todos; (iii) Projeto “Conexão Digital” cujo objetivo é transformar a experiência do cliente da empresa por meio de canais digitais inteligentes; (iv) três projetos associados a Chamada Estratégia de Mobilidade Elétrica

da ANEEL que visam desenvolver: a - caminhão elétrico para frota de manutenção de redes das distribuidoras com tecnologia de injeção de energia na rede; b - criação de corredor verde no Nordeste (Salvador/BA a Natal/RN) e postos de carregamento urbano para avaliação do desempenho de veículos híbridos e elétricos; e c - desenvolver a Mobilidade Elétrica de forma sustentável em Fernando de Noronha via soluções e modelos de negócio em atividades de turismo, serviços públicos e operações da administração da Celpe, com soluções tecnológicas para suporte aos veículos elétricos e otimização dos recursos renováveis.

Segurança de Instalações e Pessoas: Projeto “Poda com Braço Robótico” que possibilita a execução robotizada e remota da poda de árvores próximas às redes energizadas.

12. PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS DO GRUPO NEOENERGIA

As As ações do Grupo Neoenergia são pautadas na busca constante por qualidade e eficiência, cujos resultados são evidenciados a partir das premiações e reconhecimentos conquistados ao longo dos anos. A seguir, os principais destaques de 2019.

(i) Selo Pró-Ética: A Neoenergia recebeu o selo de Empresa Pró-Ética 2019, pela 3ª vez consecutiva, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU) e Apex-Brasil. A edição 2019 contou com a participação de 373 empresas de todos os portes e de diversos ramos de atuação e 26 delas foram premiadas. | **(ii) Valor 1000:** Anuário elaborado pelo jornal Valor Econômico em parceria com a Serasa Experian e a Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas. Na sua 19ª edição a Neoenergia está novamente entre as 30 maiores empresas do Brasil. A empresa ocupa a 26ª colocação na esfera nacional, sendo a 18ª em lucro, 20ª em EBITDA e 13ª em patrimônio líquido. No setor elétrico a Neoenergia atingiu a 3ª posição em receita líquida e a 9ª posição no desempenho financeiro geral. | **(iii) 500 Melhores e Maiores:** A Neoenergia e suas distribuidoras estão posicionadas com destaque no ranking das “500 Melhores e Maiores» empresas do Brasil, publicado pela Revista Exame. A “holding” figura na 24ª posição entre os 200 maiores grupos do país. Na lista das 500 maiores companhias, a Elektro figura na 105ª posição. A Elektro também está entre as 50 maiores empresas de serviços, subindo duas posições - da 27ª para 25ª - entre 2017 e 2018. Já a Coelba (BA) subiu 12 posições entre as 100 maiores empresas de capital aberto, ficando em 78º lugar. Duas distribuidoras da Neoenergia estão entre as 50 maiores pagadoras de dividendos: Coelba (42º lugar) e Cosern (44ª). Na lista das 20 companhias que mais pagaram tributos, a Coelba (BA) é a 13ª e Elektro, 16ª. A Coelba está em 8º no ranking de liderança no mercado no qual atua. | **(iv) Prêmio Abradee:** Pela 10ª vez, a Elektro conquistou a primeira colocação na categoria Melhor Distribuidora Nacional, e o 1º lugar na categoria Qualidade da Gestão. Foi a 2ª melhor na categoria Gestão Econômico-Financeira, e ficou com a 3ª posição em Responsabilidade Social. A Cosern conquistou 2ª colocação nacional ao ser reconhecida como a Melhor Distribuidora do Nordeste e ainda figurou como a 2ª melhor em Responsabilidade Social, e 3ª na categoria Qualidade da Gestão. A Coelba conquistou 3ª colocação na categoria Evolução do Desempenho seguida pela Celpe que recebeu o 4º lugar. | **(v) Guia Exame de Sustentabilidade 2019:** A revista Exame posicionou a Neoenergia entre as companhias do setor elétrico acima da média em dois indicadores: Ética e Transparência e Direitos Humanos. | **(vi) Prêmio ODS 2019:** A Neoenergia conquistou o prêmio na categoria Grandes Empresas Parceiras com o estudo de caso “Ações Educativas de Eficiência Energética”, baseado no projeto Festival Tô Ligado na Energia, uma parceria da empresa com o artista Carlinhos Brown para levar orientações sobre o uso seguro e eficiente da energia elétrica. | **(vii) Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade:** O projeto Energia do Futuro foi o vencedor na categoria Inovação no 7º Prêmio Câmara Espanhola de Sustentabilidade, iniciativa que reconhece empresas com as melhores práticas para o negócio. O projeto Energia do Futuro é desenvolvido nas cidades de Atibaia, Bom Jesus dos Perdões e Nazaré Paulista, no interior de São Paulo. Nestes locais, está sendo implantado um novo modelo de operação fortemente baseado em tecnologias de redes inteligentes. | **(viii) Índice de Satisfação da Qualidade Percebida do Grupo de Grandes Clientes:** O Índice Aneel de Satisfação com Consumidor (IASC) é um indicador que permite avaliar a satisfação do cliente residencial com os serviços prestados pelas distribuidoras de energia elétrica, obtido anualmente a partir de estudo realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com consumidores de todas as distribuidoras, concessionárias e permissionárias, que atuam no território nacional. São realizadas cerca de 25 mil entrevistas. As variáveis avaliadas são: qualidade percebida; valor percebido (relação custo-benefício); satisfação global; confiança no fornecedor; e fidelidade. Em 2019, considerando o IASC do Grupo de Grandes Clientes, nossas distribuidoras foram classificadas da seguinte forma: Elektro: IASC de 82,8 (2º lugar) / Cosern: IASC de 82,4 (3º posição) / Coelba: IASC de 77,2 (10º colocação) / Celpe: IASC de 72,8 (13º no ranking). A performance posiciona a Cosern como a melhor distribuidora em satisfação dos Grandes Clientes do Nordeste e a Elektro como a melhor distribuidora do Sudeste. | **(ix) Smart Customer : Reconhecimento Na Categoria Respeito Ao Cliente:** As distribuidoras da Neoenergia (Coelba (BA), Celpe (PE), Cosern (RN) e Elektro (SP/MS) foram reconhecidas pelo Prêmio Smart, Customer 2019 voltado às melhores práticas em relacionamento e atendimento aos consumidores, na categoria Respeito ao Cliente. A premiação integra o tradicional congresso que leva o nome do prêmio, promovido pela Inova Focus, com o case “O cliente é tudo pra gente”, as empresas do grupo foram agraciadas por implementarem campanha marcada por novas práticas de atendimento e satisfação dos usuários. | **(x) Prêmio Whow:** A Neoenergia foi eleita, pela primeira vez, a empresa mais inovadora do setor de elétrico nacional em 2019. A companhia foi destaque do Prêmio Whow! de Inovação 2019, organizado pelo Grupo Padrão, na categoria Energia e Utilities, com seu projeto de Redes Inteligentes. A partir de avaliação de projetos focados em geração de produtos e serviços inovadores, a iniciativa foi reconhecida como exemplo do pioneirismo em tecnologia e inovação no setor elétrico.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), firmado em 30/06/2017, com vigência de 36 (trinta e seis) meses.

Em 2019, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços no montante de R\$ 211.503,58, referentes à auditoria das Demonstrações Contábeis e Revisões de Demonstrações Intermediárias Individuais.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela ITAPEBI Geração de Energia S.A. (“ITAPEBI”), visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da ITAPEBI e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da ITAPEBI.

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da ITAPEBI sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no exercício e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Contábil Anual.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia (ri.neoenergia.com).

BALANÇOS SOCIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Informação Adicional)

1 - BASE DE CÁLCULO	2019				2018			
	R\$ mil				R\$ mil			
Receita Líquida (RL)	217.532				320.772			
Resultado Operacional (RO)	83.009				80.766			
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	39.637				39.702			
Valor Adicionado Total (VAT)	217.923				335.515			
2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre FPB	% sobre RL	% sobre VAT
Alimentação	1.101	2,78%	0,51%	0,51%	1.122	2,83%	0,35%	0,33%
Encargos sociais compulsórios	7.319	18,46%	3,36%	3,36%	5.409	13,62%	1,69%	1,61%
Previdência privada *	64	0,16%	0,03%	0,03%	25	0,06%	0,01%	0,01%
Saúde	1.559	3,93%	0,72%	0,72%	1.592	4,01%	0,50%	0,47%
Segurança e saúde no trabalho	93	0,23%	0,04%	0,04%	158	0,40%	0,05%	0,05%
Educação	21	0,05%	0,01%	0,01%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	860	2,17%	0,40%	0,39%	383	0,96%	0,12%	0,11%
Creches ou auxílio-creche	155	0,39%	0,07%	0,07%	97	0,24%	0,03%	0,03%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Transporte	362	0,91%	0,17%	0,17%	368	0,93%	0,11%	0,11%
Participação nos lucros ou resultados	4.981	12,57%	2,29%	2,29%	4.302	10,84%	1,34%	1,28%
Outros	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total - Indicadores sociais internos	16.514	41,66%	7,59%	7,58%	13.456	33,89%	4,19%	4,01%
3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Educação	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Cultura	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Saúde e Saneamento	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Esporte	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Desenvolvimento Social	-	0,00%	0,00%	0,00%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	3.180	8,02%	1,46%	1,46%	3.504	8,83%	1,09%	1,04%
Outros	45	0,11%	0,02%	0,02%	-	0,00%	0,00%	0,00%
Total das Contribuições para a Sociedade	3.225	8,14%	1,48%	1,48%	3.504	8,83%	1,09%	1,04%
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	40.720	49,05%	18,72%	18,69%	45.342	56,14%	14,14%	13,51%
Total - Indicadores sociais externos	43.945	57,19%	20,20%	20,17%	48.846	64,97%	15,23%	14,56%
4 - INDICADORES AMBIENTAIS	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT	R\$ mil	% sobre RO	% sobre RL	% sobre VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa	22.058	55,65%	10,14%	10,12%	2.258	5,69%	0,70%	0,67%
Investimento em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%	0,00%
Total dos investimentos em meio ambiente	22.058	55,65%	10,14%	10,12%	2.258	5,69%	0,70%	0,67%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais.	-	-	-	-	-	-	-	-
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade.	-	-	-	-	1	-	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos e contingências ambientais.	-	-	-	-	-	-	-	-
Quando ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(x) Não possui Metas	() Cum- pre de 0 a 50%	() Cum- pre de 51 a 75%	() Cum- pre de 76 a 100%	(x) Não possui Metas	() Cum- pre de 0 a 50%	() Cum- pre de 51 a 75%	() Cum- pre de 76 a 100%
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL	2019				2018			
Nº de empregados(as) ao final do período	109				104			
Nº de admissões durante o período	23				17			
Nº de desligamentos durante o período	18				14			
Nº de empregados(as) terceirizados	-				-			
Nº de estagiários(as)	24				14			
Nº de empregados acima de 45 anos	20				24			
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:	109				104			
menores de 18 anos	-				-			
de 18 a 35 anos	42				58			
de 36 a 60 anos	60				45			
acima de 60 anos	7				1			
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregado por:	109				104			
analfabetos	-				-			
com ensino fundamental	2				1			
com ensino médio	9				16			
com ensino técnico	15				10			
com ensino superior	63				60			
pós-graduados	20				17			

Nº de empregados por sexo:	2019		2018			
homens	64		56			
mulheres	45		48			
% de cargos de chefia por sexo:	100%		100%			
homens	60%		44%			
mulheres	40%		56%			
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	38		49			
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	32%		0%			
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	3		3			
Remuneração bruta segregada por:	14.421		14.421			
Empregados	17.547		14.577			
Administradores	303		-156			
Terceirizados	-		-			
Autônomos	-		-			
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL	2019		2018			
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	53		23			
Nº total de acidentes de trabalho	-		-			
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(x) direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	() todos (as) os empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerência	(x) todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)	() direção e gerência	() todos(as) + CIPA	() todos (as) os empregados (as)
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(x) incentiva e segue a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)	() direção	() direção e gerência	(x) todos (as) os empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(x) são exigidos	() não são considerados	() são sugeridos	() são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva	() não se envolve	() apóia	(x) organiza e incentiva
Contencioso Cível:						
Nº total de reclamações e críticas de consumidores(as):	-		-			
Na Empresa	-		-			
No Procon	-		-			
Na Justiça	-		-			
% das reclamações e críticas solucionadas:						
Na Empresa	0%		0%			
No Procon	0%		0%			
Na Justiça	0%		0%			
Montante de multas e indenizações a clientes, determinadas por órgãos de proteção e defesa do consumidor ou pela Justiça	-		-			
Ações empreendidas pela entidade para sanar ou minimizar as causas das reclamações:	-		-			
Contingências e passivos trabalhistas:	-		-			
Número de processos trabalhistas:	3		5			
movidos contra a entidade	2		3			
juílgados procedentes	-		-			

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Notas	2019	2018		Notas	2019	2018
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	116.050	133.067	Fornecedores	10	11.556	9.578
Contas a receber de clientes	4	14.473	38.676	Empréstimos e financiamentos	11	409	1.548
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	7.377	9.717	Debêntures	11	99.815	74
Outros tributos a recuperar	5	607	964	Passivo de arrendamento		606	
Contas a receber de operações de mútuo	9	-	111.670	Instrumentos financeiros derivativos	11	147	645
Outros ativos circulantes		2.112	2.923	Salários e encargos a pagar	13	6.076	4.964
Total do circulante		140.619	297.017	Encargos setoriais	13	2.722	2.697
Não circulante				Outros tributos a recolher	14	2.093	4.394
Instrumentos financeiros derivativos	11	3.852	32.449	Dividendos e juros sobre capital próprio	16	6.990	126.130
Outros tributos a recuperar	5	-	1.106	Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	12	2.363	2.175
Impostos e contribuições sociais diferidos	6	11.781	12.980	Outros passivos circulantes		1.567	1.005
Depósitos judiciais	15	5.842	5.430	Total do circulante		134.344	153.210
Direito de uso		609	-	Não circulante			
Imobilizado	7	401.622	409.880	Empréstimos e financiamentos	11	102.302	187.992
Intangível	8	66.520	48.277	Debêntures	11	-	99.639
Total do não circulante		490.226	510.122	Encargos setoriais	13	5.150	6.757
Ativo total		630.845	807.139	Provisões	15	56.787	34.717
				Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	12	14.635	14.167
				Outros passivos não circulantes		156	292
				Total do não circulante		179.030	343.564
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	202.525	202.525
				Reservas de capital		55.174	55.174
				Reservas de lucros		58.749	52.666
				Outros resultados abrangentes		1.023	-
				Total do patrimônio líquido		317.471	310.365
				Passivo e patrimônio líquido total		630.845	807.139

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	Reservas de capital			Reservas de lucros			Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
	Capital social	Reserva especial do ágio	Reserva de incentivo fiscal	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicional			
Saldo em 01 de janeiro de 2018	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	4.544	-	-	287.309
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(4.544)	-	-	(4.544)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	46.600	-	46.600
Destinação:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(19.000)	-	(19.000)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(27.600)	-	(27.600)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	27.600	-	-	310.365
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	(27.600)	-	-	(27.600)
Outros resultados abrangentes (nota 16)	-	-	-	-	-	-	-	1.023	1.023
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	51.706	-	51.706
Destinação:									
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(18.023)	-	(18.023)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(33.683)	-	(33.683)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	202.525	18.182	36.992	7.667	17.399	33.683	-	1.023	317.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

	2019	2018		2019	2018
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL			Outros passivos		
Lucro líquido do exercício	51.706	46.600	Outros passivos	(283)	901
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA			Encargos de dívidas pagos e liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(4.690)	(24.584)
ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	49.255	62.100	Imposto de renda (IR) e contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) pagos		
Depreciação e amortização	19.628	18.641	Pagamento de juros - Arrendamentos	(9.786)	(30.662)
Amortização direito de uso	1.168	-	Pagamento de Uso do Bem Público	(2.269)	(2.155)
Imposto de renda e contribuição social	17.266	14.633	Recebimento de juros e encargos sobre mútuo financeiro	3.677	-
Encargos de dívidas, atualizações monetárias e cambiais e derivativos	10.483	32.285	Caixa oriundo das atividades operacionais	(27.438)	(68.515)
Atualização da concessão do serviço público (uso do bem público)	2.925	2.721	Atividades de investimento		
Reversal (provisão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	212	349	Aquisição de imobilizado	(7.218)	(4.534)
Atualização das provisões para contingências e ambientais	2.971	1.077	Aquisição de intangível	(502)	(7)
Juros incorridos passivo de arrendamento	23	-	Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(7.720)	(4.541)
Encargos e atualizações do Mútuo	(5.586)	(8.089)	Atividades de financiamento		
Valor residual do ativo intangível/imobilizado baixado	165	483	Captação de empréstimos e financiamentos	100.000	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais	24.203	75.015	Captação de Debêntures	-	100.000
Contas a receber de clientes	(4.468)	(2.093)	Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e swap	(150.000)	(98.449)
IR e CSLL a recuperar	1.463	(6.785)	Amortização do principal de debêntures	-	(150.501)
Outros tributos a recuperar	(412)	(485)	Pagamentos de custos de captação	(74)	-
Depósitos judiciais	811	(286)	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(162.060)	-
Outros ativos	21.597	65.366	Pagamento de principal - Arrendamentos	(1.171)	-
Aumento/(Redução) dos passivos operacionais			Recebimento de principal de mútuo financeiro	113.578	197.884
Fornecedores	1.978	(53.529)	Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	(99.727)	48.934
Salários e encargos a pagar	1.112	3.729	Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(17.017)	125.360
Encargos setoriais	(1.582)	436	Caixa e equivalentes no início do exercício	133.067	7.707
IR e CSLL à Recolher	(1.215)	-	Caixa e equivalentes no final do exercício	116.050	133.067
Outros tributos a recolher	(2.301)	24.143	Variação líquida no caixa e equivalentes de caixa	(17.017)	125.360
Indenizações/contingências pagas	(2.399)	(264)			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ITAPEBI GERAÇÃO DE ENERGIA S.A. ("ITAPEBI" ou "Companhia") é uma empresa do Grupo Neoenenergia, detentora da concessão federal para construir e explorar a Usina Hidrelétrica de Itapebi, tendo firmado junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público, em 1999, para exploração da referida área. Até o período de 2016 a Companhia possuía energia assegurada através do contrato de compra e venda de energia mercantil com a Coelba, Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia, o volume anual de 1.877.268 MW/h ano e até abril de 2017 o volume de 495.380 MW/h. Após o encerramento desse contrato a Companhia firmou compromisso de venda de energia com a NC Energia até dezembro de 2021. A Companhia mantém transações relevantes com empresas do grupo Neoenenergia e segue o plano de negócios da controladora final Neoenenergia S.A. na condução de suas operações, onde sua receita de fornecimento de energia é integralmente oriunda de transações com a comercializadora do grupo.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS" – *International Financial Reporting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 13 de fevereiro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas e convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio em vigor na data da transação. Subsequentemente, os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras na demonstração do resultado. **2.3. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 23 (Estimativa do valor justo). **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas para a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas continuamente e reconhecidas prospectivamente. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) O registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE – Nota 17; (ii) Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não obtidos em mercados ativos - Nota 23; (iii) Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, ambientais e trabalhistas, por meio da avaliação da probabilidade de perda que inclui avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos - Nota 15; (iv) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados - Nota 6. **2.5. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir: **a) Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado: ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimonial não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e • Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. (ii) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. Os juros dos instrumentos financeiros passivos são capitalizados como parte do imobilizado se esses custos forem diretamente relacionados a um ativo qualificado. (iii) **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** Transações de derivativos que não são qualificadas como *hedge accounting* são classificadas e apresentadas como *hedge econômico*, já que a Companhia utiliza instrumentos derivativos na gestão dos seus riscos financeiros como uma forma de mitigar esses riscos. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Mudanças no valor justo dos derivativos são registradas no resultado ou no patrimônio líquido, quando a transação for elegível e caracterizada como *hedge accounting*. A Companhia documenta no início da operação de *hedge accounting*, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, com o objetivo da gestão de risco e a

estratégia para a realização de operações de *hedge*. A Companhia documenta sua avaliação, tanto no início quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes. As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados como *hedge* de fluxo de caixa tem seu componente eficaz reconhecido no patrimônio líquido e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício. Os valores registrados no patrimônio líquido somente são transferidos para resultado do exercício em conta apropriada (custo, despesa operacional ou despesa financeira), quando o item protegido for efetivamente realizado. Os custos do instrumento de *hedge* são reconhecidos dentro do patrimônio líquido. **b) Impairment de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado e são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera o ativo. O valor justo é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Evidência objetiva de que ativos não financeiros tiveram perda de valor inclui: • Indicativos observáveis de redução significativas do valor do ativo; • Mudanças tecnológicas, de mercado, econômico ou legal na qual a entidade opera o ativo; • Aumento de taxas de juros praticados no mercado de retorno sobre investimentos afetando a taxa de desconto utilizada pela Companhia; • O valor contábil do patrimônio líquido da entidade é maior do que o valor de suas ações no mercado; • Evidência disponível de obsolescência ou de dano físico de um ativo; • Descontinuidade ou reestruturação da operação à qual um ativo pertence; • Dados observáveis indicando que o desempenho econômico de um ativo é ou será pior que o esperado. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Essa avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros e mudanças em condições de mercado, não tendo sido identificados indícios de deterioração dos seus ativos. **c) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido ("Tributos sobre o lucro"):** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 34% (25% – imposto de renda e 9% – Contribuição social) sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras, em regime de competência. O reconhecimento do tributo diferido é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável. Os tributos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente, levando-se em consideração a análise dos resultados futuros, fundamentada por projeções econômico-financeiras, elaboradas com base em premissas internas e em cenários macroeconômicos, comerciais e tributários que podem sofrer alterações no futuro. **d) Provisões, ativos e passivos contingentes:** As provisões são reconhecidas quando: (i) A Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável. Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos. Passivos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objetos de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. **e) Reconhecimento de receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber líquidas de quaisquer contraprestações variáveis, tais como descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica (faturada ou não faturada) e outras receitas relacionadas a outros serviços prestados pelas controladas da Companhia. Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A Companhia utiliza-se das seguintes premissas para venda de energia na CCEE, a prévia da medição da Usina extraída do sistema de coleta de dados de energia da CCEE, prévia da perda interna com base no histórico e perda da rede básica conservadora em 3%, contratos de compra e venda definidos no curto prazo além daqueles vigentes à época, valor do PLD (realizado e previsto) divulgado pela CCEE e prévia do GSF de acordo com as informações disponibilizadas pela ONS (Operador Nacional do Sistema). **f) Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar. **2.6. Principais mudanças nas políticas contábeis:** (i) **IFRS 16 Leases / CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil:** O CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil passou pela segunda revisão, na qual foram introduzidas as alterações trazidas pela IFRS 16 – *Leases*, que substituiu o IAS 17 – *Leases*. Arrendamento é um contrato, ou parte de um contrato, no qual o arrendador transfere ao arrendatário, em troca de contraprestação, o direito de usar um ativo por determinado período de tempo. O IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, no qual o arrendatário deve reconhecer um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado em contrapartida de um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos ao arrendador. O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e o passivo de arrendamento é mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento a

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Notas	2019	2018
Receita líquida			
Custo dos serviços			
Custo com energia elétrica	17	217.532	320.772
Custo de operação	18	(84.340)	(190.237)
Lucro bruto			
Outras Receitas/(Despesas gerais) e administrativas	19	(54.890)	(139.037)
Lucro operacional			
Receitas financeiras	18	(29.450)	(51.200)
Despesas financeiras		133.192	130.535
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social	19	(50.183)	(49.769)
Lucro líquido do exercício			
Lucro básico e diluído por ação do capital – R\$:			
Ordinária	20	71.660	182.999
	20	(85.697)	(202.531)
		68.972	61.234
		(17.266)	(14.633)
	6	(16.594)	(23.130)
	6	(672)	8.497
		51.706	46.600

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	2019	2018
Lucro líquido do exercício	51.706	46.600
Outros resultados abrangentes		
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa - MTM	1.550	-
Tributos diferidos sobre resultados abrangentes	(527)	-
Resultado abrangente	52.729	46.600

6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS CORRENTES E DIFERIDOS

A composição dos tributos e contribuições diferidos é a seguinte:

	2019	2018
(I) Imposto de renda e contribuição social Benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL (*)	10.264	11.179
	1.517	1.801
Total	11.781	12.980

(*) O benefício fiscal da mais-valia incorporada refere-se ao crédito fiscal calculado sobre a mais-valia de aquisição incorporada. Com o objetivo de evitar que a amortização da mais-valia afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido de sua incorporadora (PMIPL). (II) **Imposto de renda e contribuição social diferido:** A Companhia registra os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem as bases de cálculos. O IR é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a CSLL está constituída a alíquota de 9%. A base de cálculo dos tributos diferidos é como segue:

Ativo	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para contingências	8.023	8.023	6.801	6.801
Provisão PLR	4.840	4.840	4.413	4.413
Depreciação indedutível (Provisão para contingências ambientais)	6.614	6.614	6.422	6.422
Uso do bem público	8.481	8.481	9.076	9.076
Outros	22.107	22.107	25.208	25.208
Total Diferenças Temporárias - ATIVO Passivo (-)	50.065	50.065	51.920	51.920
Valor justo de derivativos financeiros	(1.550)	(1.550)	-	-
Ajuste da quota anual de amortização	(18.324)	(18.324)	(19.039)	(19.039)
Outros	(3)	(3)	-	-
Total Diferenças Temporárias - PASSIVO	(19.877)	(19.877)	(19.039)	(19.039)
Total Diferenças Temporárias - LÍQUIDO	30.188	30.188	32.881	32.881
Alíquota de IR e CS	25%	9%	25%	9%
Total Diferenças Temporárias	7.547	2.717	8.220	2.959
Total do imposto diferido	10.264	11.179		

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2019 de 2018:

	2019		2018	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	68.972	68.972	61.234	61.234
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	68.972	68.972	61.234	61.234
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	17.243	6.207	15.309	5.511
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo	(4.621)	(1.563)	(4.616)	(1.571)
Diferenças permanentes	(4.368)	(1.563)	(4.372)	(1.574)
Incentivos fiscais e outros	(253)	-	(242)	3
Imposto de renda e contribuição social do exercício	12.622	4.644	10.693	3.940
Outros	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado	12.622	4.644	10.693	3.940
Corrente	12.128	4.466	16.941	6.189
Recolhidos e Pagos	5.320	4.466	19.158	8.264
Compensados e deduzidos	6.808	-	5.422	-
Impostos antecipados a recuperar	-	-	(7.639)	(2.075)
Diferido	494	178	(6.248)	(2.249)
Alíquota efetiva	18%	7%	17%	6%

A seguir é apresentada a conciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

	2019	2018
Corrente	(16.594)	(23.130)
Diferido	(388)	8.839
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(284)	(342)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(17.266)	(14.633)

7. IMOBILIZADO

Por natureza, o valor dos ativos imobilizados está composto da seguinte forma:

	2019		2018	
	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Depreciação acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Terenos	10,433	-	10,433	10,433
Reservatórios, barragens e adutoras	3,07%	429.820	(152.577)	277.243
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,42%	72.940	(26.620)	46.320
Máquinas e equipamentos	5,16%	108.997	(57.628)	51.369
Veículos	14,29%	6.285	(1.670)	4.615
Móveis e utensílios	6,25%	521	(281)	240
		628.996	(238.776)	390.220
Em curso				
Terenos	-	-	-	40
Edificações, obras civis e benfeitorias	937	-	937	334
Máquinas e equipamentos	10,011	-	10,011	5.742
Veículos	412	-	412	3.342
Móveis e utensílios	-	-	-	97
Adiantamento a fornecedores e outros	42	-	42	166
	11.402	-	11.402	9.721
Total	640.398	(238.776)	401.622	409.880

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada, calculada pela taxa de depreciação conforme resolução normativa 674 ANEEL.

A movimentação do imobilizado é como segue:

Ref.	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	625.774	(211.730)	414.044	6.314	420.358
Adições	-	-	-	4.534	4.534
Baixas	(3.047)	2.564	(483)	-	(483)
Depreciação	-	(14.461)	(14.461)	-	(14.461)
Transferências	(a) 1.060	-	1.060	(1.127)	(67)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	623.787	(223.627)	400.159	9.721	409.880
Adições	-	-	-	7.218	7.218
Baixas	(178)	88	(90)	(75)	(165)
Depreciação	-	(15.237)	(15.237)	-	(15.237)
Transferências	(a) 5.387	-	5.387	(5.461)	(74)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	268.996	(238.776)	390.220	11.402	401.622

(a) Durante o processo de unitização dos ativos, foi identificada a necessidade de transferência de classe de alguns itens do imobilizado para intangível. Vide nota 8.

8. INTANGÍVEL

Por natureza, o ativo intangível está constituído da seguinte forma:

	2019		2018	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Amortização acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço				
Direito de uso da concessão	3,00%	2.626	(1.540)	1.086
Direito de uso da concessão – repactuação GSF	5,08%	49.300	(9.396)	39.903
Direito de uso de software	20,00%	7.307	(3.777)	3.530
Licença de operação (LO)	20,00%	23.353	(1.369)	21.988
		82.586	(16.109)	66.477
Em curso				
Direito de uso de software	43	-	43	762
Total	82.629	(16.109)	66.520	48.277

A movimentação do intangível é como segue:

Ref.	Em serviço		Em curso		Total
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	
Saldos em 01 de janeiro de 2018	53.470	(7.538)	45.932	6.451	52.383
Adições	-	-	-	7	7
Amortizações	-	(4.180)	(4.180)	-	(4.180)
Transferências	(a) 5.763	-	5.763	(5.696)	67
Saldos em 31 de dezembro de 2018	59.233	(11.718)	47.515	762	48.277
Adições	-	-	-	22.560	22.560
Amortizações	-	(4.391)	(4.391)	-	(4.391)
Transferências	(b) 23.353	-	23.353	(23.353)	-
Transferências - Imobilizado	-	-	-	74	74
Saldos em 31 de dezembro de 2019	82.586	(16.109)	66.477	43	66.520

(a) Durante o processo de unitização dos ativos, foi identificada a necessidade de transferência de classe de alguns itens do imobilizado para intangível. Vide nota 9. (b) Transferência no exercício refere-se à provisão da renovação da Licença de Operação, que não gerou impacto no caixa da Companhia. Desta forma, não apresentamos nas atividades de investimentos da Demonstração do Fluxo de Caixa.

9. CONTAS A RECEBER DE OPERAÇÕES DE MÚTUO

Em setembro de 2019 ocorreu a liquidação do mútuo que a Companhia firmou entre partes relacionadas, com a Geração Céu Azul S.A.

	Saldos em 31/12/2018	Atualização	Encargos	Liquidação	Saldos em 31/12/2019
Céu Azul	111.670	1.908	3.677	117.255	-

10. FORNECEDORES

	2019	2018
Fornecedores	2.515	1.936
Energia elétrica	43	738
Partes relacionadas (nota 21)	2.472	1.198
Encargos de uso da rede	1.846	1.752
Terceiros	1.842	1.748
Partes relacionadas (nota 21)	4	4
Materiais e serviços	6.737	5.782
Terceiros	6.124	5.782
Partes relacionadas (nota 21)	458	108
Total	11.556	9.578

11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a. Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures

a.1. Empréstimos e financiamentos:

Empréstimos e Financiamentos	2019		2018	
	Divida	Derivativos (*)	Total	Total
Moeda estrangeira				
Itaú	-	-	-	157.736
Scotia Bank	102.711	(3.705)	99.006	-
Total Moeda Estrangeira	102.711	(3.705)	99.006	157.736
Total Empréstimos e Financiamentos	102.711	(3.705)	99.006	157.736
Circulante	409	147	556	2.193
Não Circulante	102.302	(3.852)	98.450	155.543

(*) Total líquido de instrumentos financeiros derivativos.

a.2. Debêntures:

Debêntures	2019		2018	
	Divida	Derivativos (*)	Total	Total
Itapebi	100.059	-	100.059	100.085
(-) Custos de transação (**)	(244)	-	(244)	(372)
Total Debêntures	99.815	-	99.815	99.713
Circulante	99.815	-	99.815	74
Não Circulante	-	-	-	99.639

(**) Referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas conforme CPC 48 / IFRS 09.

b. Mutações de saldos

b.1. Empréstimos e financiamentos

A mutação dos empréstimos, financiamentos e dos seus instrumentos financeiros derivativos vinculados é a seguinte:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não Circulante	
Encargos	101.961	149.899	251.860
Variação monetária e cambial	8.261	-	8.261
Derivativos	11.264	27.205	38.469
Efeito cumulativo marcação a mercado	(4.334)	(27.205)	(31.539)
Transferências	(32)	5.620	5.588
Amortização de principal	(24)	-	(24)
Amortização de juros	(98.449)	-	(98.449)
	(16.454)	-	(16.454)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.193	155.543	157.356
Ingressos	-	100.000	100.000
Encargos	4.408	-	4.408
Variação monetária e cambial	6.463	1.870	8.333
Derivativos	(292)	(1.870)	(2.162)
Efeito cumulativo marcação a mercado	(1.139)	(5.938)	(7.077)
Transferências	151.155	(151.155)	-
Amortização de principal	(150.000)	-	(150.000)
Amortização de juros	(12.232)	-	(12.232)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	556	98.450	99.006

A seguir apresentamos a captação do exercício:

Modalidade	Vencimento	Indexadores	Valor Captado
Contratos de Dívida no Mercado Internacional			
Dólar			
4131	14/05/2024	PRÉ	100.000
Total e taxa média			7,00%

Além dos indexadores mencionados acima, as captações realizadas no período incorrem em *spreads* estabelecidos contratualmente, conforme negociações realizadas com os financiadores. b.2. Debêntures: A mutação das debêntures é a seguinte:

Saldos em 01 de janeiro de 2018	Circulante	Não circulante	Total
Ingressos	157.952	-	157.952
Encargos	11.013	-	11.013
Transferências	63	(63)	-
Amortizações	(150.130)	(371)	(150.501)
Pagamentos de juros	(19.244)	-	(19.244)
(-) Custos de transação	420	73	493
Saldos em 31 de dezembro de 2018	74	99.639	99.713
Encargos	6.779	-	6.779
Transferências	99.626	(99.626)	-
Pagamentos de custo de captação	(61)	(13)	(74)
Pagamentos de juros	(6.805)	-	(6.805)
(-) Custos de transação	202	-	202
Saldos em 31 de dezembro de 2019	99.815	-	99.815

c. Cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

c.1. Empréstimos e financiamentos: O cronograma de amortização dos empréstimos e financiamentos é conforme tabela a seguir:

	Divida
Ingressos	10

Despesas Financeiras	2019	2018
Encargos de dívida	(12.251)	(21.033)
Variações monetárias e cambiais – Dívida (a)	(33.685)	(117.752)
Instrumentos financeiros derivativos (b)	(28.839)	(54.343)
IOF	(164)	(175)
Arrendamentos	(23)	-
Encargos P&D/PEE	(415)	(472)
Atualização provisão para contingências	(2.971)	(1.077)
Outras despesas financeiras	(7.349)	(7.679)
Total	(85.697)	(202.531)
Resultado financeiro líquido	(14.037)	(19.532)

Resumo das variações monetárias e cambiais	2019	2018
Empréstimos, financiamentos e debêntures (a)	(6.395)	(44.081)
Outros (b)	(55)	337

21. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

	Ref.	Ativo / (Passivo) 2019	Receita / (Despesa) 2019	2018
Receita / (Custo) de Energia Elétrica				
NC ENERGIA	(a)	11.453	36.740	214.927
		11.453	36.740	242.267

	Ref.	2019	2018	2019	2018
Serviços Administrativos					
COELBA	(b)	(458)	(108)	(909)	(872)
NEOENERGIA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	(c)	-	-	(2.106)	(2.024)
ELEKTRO O&M	(d)	-	-	-	(173)
NEOENERGIA	(e)/(h)	467	426	(3.980)	(1.867)
		9	318	(6.995)	(4.936)

	Ref.	2019	2018	2019	2018
Uso e Conexão do Sistema de Transmissão (CUST) e (CTT)					
SE NARANDIBA	(f)	-	-	(3)	(4)
POTIGUAR SUL	(f)	(2)	(2)	(21)	(21)
AFLUENTET	(f)	(2)	(2)	(24)	(21)
		(4)	(4)	(48)	(46)

	Ref.	2019	2018	2019	2018
Dividendos e JSCP					
NEOENERGIA	(g)	(2.935)	(8.691)	-	-
TERMOPERNAMBUCO	(g)	(4.055)	(117.439)	-	-
		(6.990)	(126.130)	-	-

	Ref.	2019	2018	2019	2018
Empréstimos, Aplicação Financeira e Contrato de Mútuo					
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	-	111.670	3.583	4.882
BANCO DO BRASIL (*)	(j)	-	72.436	-	6.777
		-	184.106	3.583	11.659
TOTAL		4.468	95.030	211.467	248.944

(*) O Banco do Brasil deixou de ser parte relacionada, após 01 de julho de 2019, em função do IPO. As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir: (a) NC Energia - Contrato de compra e venda de energia elétrica, corrigido pela variação do IGP-M, juros de 1% a.a. e multa de 2%. (b) Refere-se ao consumo próprio de energia. (c) Neoenergia O & M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi vigente até 2021, com preços reajustados anualmente pelo IPCA. (d) Elektro O & M - Refere-se ao serviço de Operação e Manutenção da UHE Itapebi encerrado em 2018. (e) Refere-se ao aluguel com a Neoenergia S.A, vigente até 2019 corrigido anualmente pela variação do IGP. (f) Uso de rede - Contrato de uso de rede de transmissão com a Afluente Transmissão, SE Naranidiba, Potiguar Sul em vigor até a extinção da concessão/autorização. (g) Refere-se a dividendos intermediários declarados. (h) Cobrança de fee pelos avais dados pela Neoenergia em garantia de operações financeiras das empresas do Grupo. A cobrança incide sobre o saldo devedor da dívida que possui como garantia um aval da Neoenergia. No resultado de 2018 também referem-se ao contrato de mútuo que foi liquidado em 2018. (i) Refere-se ao contrato de mútuo firmado com a Geração Céu Azul, cujas condições estão descritas na nota 9. (j) Contrato de aplicação em Fundo exclusivo do Grupo Neoenergia, composto por investimento em operações compromissadas com lastro de títulos públicos e um fundo de curto prazo denominado BB Top curto prazo, sujeitos a taxas de mercado e alta liquidez.

22. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

a) **Considerações gerais e políticas internas:** A gestão dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política de Riscos Financeiros e na Política de Risco de Crédito do Grupo Neoenergia aprovadas pelo Conselho de Administração, além dos demais normativos financeiros. Dentre as diretrizes previstas nessas Políticas e normativos, destacam-se: proteção cambial da totalidade da dívida em moeda estrangeira; avaliação de *hedge* de taxa de juros de dívidas em moeda local; avaliação de *hedge* de desdobros em moeda estrangeira; diversificação de instrumentos, prazos e contrapartes de dívida e alongamento do prazo médio de pagamento. Além disso, a utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alcançados ou com propósitos especulativos. O monitoramento dos riscos é feito através de uma gestão de controles que tem como objetivo o acompanhamento contínuo das operações contratadas e do cumprimento dos limites de risco aprovados. A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. **b) Gestão de risco de mercado:** Risco cambial: A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2019, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desdobros e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". Risco de taxas de juros: Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que impactam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e rendimentos das aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. As estratégias de *hedge* de taxas de juros são descritas no item e) "Informações complementares sobre os instrumentos derivativos". **c) Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o *hedge* da dívida em moeda estrangeira. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes. Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia, de forma que as aplicações são alocadas preferencialmente em fundos exclusivos a empresas do Grupo Neoenergia e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 115.973 em fundos exclusivos (R\$ 132.882 em 31 de dezembro de 2018). A tabela a seguir demonstra o valor total dos fluxos de obrigações monetizáveis da Companhia, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente contratual e utiliza para projeção do endividamento vigente em 31 de dezembro de 2019, as curvas *forwards* de mercado para os indexadores e moedas.

	Valor Contábil	Fluxo de caixa contratual	2020	2021	2022	2023	2024
Passivos financeiros não derivativos:							
Empréstimos e financiamentos	102.711	137.247	3.766	3.845	3.979	4.180	121.477
Debêntures	99.815	105.137	105.137	-	-	-	-
Fornecedores	11.556	11.556	11.556	-	-	-	-
Outros passivos financeiros							
Swap cambial e de taxa de juros	(3.705)	(7.042)	1.101	2.419	3.334	3.642	(17.538)

d) **Gestão de risco de crédito:** O risco de crédito refere-se à possibilidade da Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes. Risco de crédito junto a contrapartes comerciais: A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade das empresas do Grupo incorrerem em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor. **Risco de crédito junto a instituições financeiras:** Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia segue as disposições da sua Política de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras e a utilização de instituições financeiras com boa qualidade de crédito. É realizado ainda o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating* para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia possui operações em aberto. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's ou S&P para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantém operações em aberto em 31 de dezembro de 2019.

Ratings de longo prazo em escala nacional¹	Moody's	S&P	Fitch
Banco do Brasil	Aa1	AAA	AA
Itaú	A1	AAA	AAA
Safra	Aa1	AAA	AAA
Bradesco	Aa1	AAA	AAA
Santander	Aaa	AAA	-

¹ Scotiabank possui rating apenas em escala global

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia. Os montantes estão demonstrados em sua integralidade sem considerar nenhum saldo de provisão de redução para recuperabilidade do ativo.

	2019	2018
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	77	185
Contas a receber de clientes	14.473	38.676
Contas a receber operação de mútuo	-	111.670
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	115.973	132.882

e) **Informações complementares sobre os instrumentos derivativos:** Em 31 de dezembro de 2019 não havia valor de margem depositado referente a posições com derivativos. As posições da carteira de derivativos descrita neste documento não tiveram custo inicial associado. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, de juros e de índices de preços. O principal instrumento utilizado é *swaps*. Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* estão detalhadas em quadro a seguir, que inclui, por contrato de derivativo, informações sobre tipo de instrumento, valor de referência (nominal), vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores pagos/recebidos ou provisionados no exercício. Com o objetivo de determinar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente. (i) **Proteção de *hedge* dos empréstimos e financiamentos em Dólar:** Com o objetivo de proteção econômica e financeira, a Companhia contrata operações de *swap* para converter para R\$ as dívidas e empréstimos denominados em US\$. Nestes *swaps*, a Companhia assume posição passiva em R\$ atrelado ao CDI e posição ativa em US\$ atrelado a taxas fixas ou flutuantes (Libor). Os programas abaixo são classificados de acordo com os critérios contábeis de *hedge* mensurados a fluxo de caixa:

	Valor de referência	Vencimento	Valor justo	Efeito acumulado	
Swap US\$ pré vs R\$ pós	2019	2018	2019	Valor a receber/recebido	
Ativo	24.826	48.451	14/05/2024	106.691	185.931
Passivo	100.624	152.390	(102.986)	(154.413)	-
Risco de crédito	-	-	-	286	-
Líquido	-	-	3.705	31.804	28.099

f) **Análise de sensibilidade:** A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável:

Foram projetados os encargos e rendimentos para o período seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes ao final do período. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção, com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que encontram-se registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por *swaps*, o risco de variação da taxa de câmbio do dólar é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Dívida em Dólar				(102.711)	-	(25.677)	(51.354)
Swap Ponta Ativa em Dólar	Dólar	Alta do dólar	4,0307	106.691	-	26.673	53.346
Exposição líquida				3.980	-	996	1.992

A tabela a seguir demonstra a perda (ganho) devido à variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no período seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocial)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Operações ATIVOS FINANCEIROS							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	CDI	4,4%	115.973	5.116	(1.279)	(2.558)
PASSIVOS FINANCEIROS							
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures							
Dívidas em CDI	CDI	Alta do CDI	4,4%	(100.059)	(5.063)	(1.266)	(2.531)
Swap Dólar x CDI (ponta passiva)	CDI	Alta do CDI	4,4%	(102.986)	(4.985)	(1.246)	(2.492)

23. ESTIMATIVA A VALOR JUSTO

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalente caixa, investimentos financeiros, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia; **Nível 2** - Preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível 1; O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
Ativos financeiros (Circulante/Não circulante)		
Mensurados pelo custo amortizado	14.473	14.473
Contas a receber de clientes	14.473	14.473
Contas a receber operação de mútuo	-	111.670
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	120.115	120.115
Caixa e equivalentes de caixa	116.263	116.263
Swap de taxa de juros	2	3.852
Passivos financeiros (Circulante/Não circulante)	231.080	231.080
Mensurado pelo custo amortizado	11.556	11.556
Fornecedores	11.556	11.556
Empréstimos	102.711	102.711
Debêntures	99.815	99.815
Concessão do serviço público (Uso do Bem Público)	16.998	16.998
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado	147	147
Empréstimos e financiamentos	2	147
Swap de taxa de juros	2	147

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo

Não houve transferências entre o Nível 1 e o Nível 2 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. **Métodos e técnicas de avaliação:** A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflète as variações das condições de mercado. Os ativos financeiros classificados como mensurados a valor justo estão, em sua maioria, aplicados em fundos exclusivos, dessa forma o valor justo está refletido no valor da cota do fundo. ii) Empréstimos e financiamentos: Para os financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis já

	2019	2018
Aos conselheiros e diretores da Itapebi Geração de Energia S.A.		
<i>Rio de Janeiro - RJ</i>		
Opinião		
Examinamos as demonstrações financeiras da Itapebi Geração de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.		
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Itapebi Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB).		
Base para opinião		
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.		
Principais assuntos de auditoria		
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.		
Dedutibilidade de IR/CS sobre a amortização de ágio		
Veja a Nota 2.5.d) e 15 das demonstrações financeiras		
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto	
A Companhia é parte envolvida em processos judiciais tributários referentes à dedutibilidade da amortização do ágio com relação ao processo de privatização/desverticalização do setor elétrico, durante o prazo de concessão nas bases de cálculo de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro líquido (CSLL) contendo: (i) o estágio processual do processo judicial; e (ii) a data estimativa da classificação da probabilidade de perda. Realizamos entrevistas junto à administração e aos assessores jurídicos internos da Companhia, com o objetivo de acompanhar os desdobramentos judiciais ocorridos sobre o tema durante o exercício. Adicionalmente, quando aplicável, avaliamos as alterações de cenário entre a data base das demonstrações financeiras e a data do relatório de auditoria que, eventualmente, pudessem acarretar em mudança da avaliação efetuada. Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram os aspectos relevantes requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que as provisões e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.		
Instrumentos financeiros derivativos		
Veja a Nota 2.5.a), 11 e 22 das demonstrações financeiras		
Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto	
A Companhia possui empréstimos e debêntures expostos a certos riscos relacionados a oscilações de moeda estrangeira. Como forma de mitigar essa exposição, a Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos e designa certos empréstimos e debêntures como objeto de <i>hedge</i> (<i>hedge</i> de valor justo) que são mensurados ao valor justo por meio de técnicas de valorização que envolvem o exercício de julgamento significativo. Em função do eventual impacto da aplicação, complexidade e julgamento envolvido na mensuração dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.	Nossos procedimentos incluíram a avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, na efetividade do <i>Hedge Accounting</i> e avaliamos os modelos desenvolvidos pela Companhia para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros utilizando dados observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos descontados com base em curvas de mercado. Avaliamos também se as divulgações feitas nas demonstrações financeiras, em especial em relação às análises de sensibilidade e classificação dos instrumentos financeiros consideram todos os aspectos requeridos pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo <i>International Accounting Standards Board</i> (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que é aceitável a mensuração dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.	
Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado		
A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma		

apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações. Para os empréstimos classificados como mensurados a valor justo a Companhia mensura o valor justo através do valor presente dos fluxos projetados considerando características contratuais de cada operação. A metodologia adotada consiste em calcular o valor presente dos fluxos futuros da dívida. Para as dívidas em mercado de capital, os valores justos são mensurados baseados na abordagem de mercado e seus preços de referência estão disponíveis no mercado secundário. ii) Instrumentos financeiros derivativos: Em virtude da reavaliação na metodologia para cálculo do MTM da Companhia, implementada em 2018, o valor presente passou a ser calculado por meio da utilização das curvas de 100% do cupom cambial para a ponta ativa e de 100% do DI futuro da BM&F para a ponta passiva. Até 31 de dezembro de 2018 era utilizada para esse cálculo uma taxa baseada no custo do CDI no início de cada operação. Essa mudança de estimativa contábil não produziu impacto relevante no período e o mesmo comprometimento é esperado para períodos subsequentes. No caso de *swaps*, tanto o valor presente da ponta ativa quanto da ponta passiva são estimados através do desconto dos fluxos de caixa futuro. A diferença entre o valor presente da ponta ativa e da ponta passiva do *swap* gera seu valor justo.

24. SEGUROS

O Grupo mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data da vigência	Importância Segurada (R\$)	Prêmio (R\$ mil)
Responsabilidade Civil Ambiental	31.05.2019 A 31.05.2020	36.000	35
Responsabilidade Civil Geral - Operações Veículos	30.11.2018 A 31.05.2020	100.000	99
Risco Operacional - Subestações e Usinas	31.05.20		